

CONTEXTO E DESAFIOS DA EPT NO BRASIL

Posicionamento e respostas do Senac aos desafios contemporâneos

ANNA BEATRIZ WAEHNELDT

Socióloga, com mestrado em Filosofia e doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do RJ (PUC/RJ). Diretora de Educação Profissional do Senac – Departamento Nacional.

CÍCERO AUGUSTO SILVEIRA BRAGA

Economista, com mestrado e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Assessor Técnico na Diretoria de Educação Profissional do Senac – Departamento Nacional.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social, atuando como um vetor de transformação especialmente para jovens e populações vulneráveis (Araújo *et al.*, 2018). Ao oferecer qualificação alinhada às demandas do mundo do trabalho, a EPT não apenas amplia oportunidades de inserção profissional, como também contribui para a redução das desigualdades e para a construção de trajetórias mais dignas e sustentáveis (Barros *et al.*, 2023; Brunello & Rocco, 2017). Em um cenário de aceleradas mudanças tecnológicas e reconfiguração das relações laborais, a formação profissional se torna um instrumento essencial para garantir a empregabilidade e a adaptação contínua dos trabalhadores às novas exigências produtivas.

Além dos benefícios individuais, a expansão e o fortalecimento da EPT geram impactos positivos para o setor produtivo e para a economia como um todo. Empresas mais competitivas dependem de uma força de trabalho qualificada, capaz de operar tecnologias emergentes e impulsionar a inovação. Da mesma forma, melhorias nos indicadores educacionais – como a redução da evasão escolar e o aumento da escolarização média – estão diretamente associadas a sistemas robustos de formação profissional.

Apesar do papel transformador da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sua plena efetividade no Brasil ainda enfrenta desafios estruturais e culturais. Um dos principais entraves é a baixa adesão dos jovens a essa modalidade de ensino: o país ocupa uma das últimas posições globais na proporção de estudantes matriculados em cursos técnicos ou de aprendizagem (ILO, 2024). Além disso, mesmo com um arcabouço legal recente que busca fortalecer a EPT e ampliar a inserção de aprendizes no mercado, a realidade está aquém do esperado. Muitas empresas de grande porte, apesar da obrigatoriedade, não cumprem as cotas de aprendizagem, limitando o impacto dessa política na geração de oportunidades para os jovens. A transição dos egressos da EPT para o mercado de trabalho também se mostra desafiadora, especialmente em um país com elevados índices de informalidade. Esses desafios se intensificam diante das transformações tecnológicas e das mudanças no mundo do trabalho, com o avanço da inteligência artificial e outras inovações que reconfiguram ocupações e exigem atualização constante das formações profissionais.

Diante de diferentes desafios e oportunidades, instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) desempenham um papel fundamental na construção de respostas eficazes, articulando formação técnica, atualização curricular e geração de evidências para acompanhar as transformações do mercado de trabalho. Atendendo mais de dois milhões de pessoas anualmente e com presença em todos os estados brasileiros, o Senac tem se consolidado como um agente essencial na qualificação profissional, promovendo cursos alinhados com os setores de comércio de bens e serviços e investindo em metodologias inovadoras para fortalecer a empregabilidade de seus egressos.

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar a conjuntura da EPT no Brasil, destacando o posicionamento do Senac e suas estratégias para enfrentar os desafios contemporâneos do mundo do trabalho, contribuindo para a inserção qualificada no mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico e social do país. Este artigo se estrutura em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda Seção apresenta um breve histórico da EPT no Brasil, com

destaque para os principais marcos legais, enquanto a terceira seção apresenta alguns dos desafios impostos à esta modalidade de ensino. Na quarta seção, discute-se como o Senac vem se posicionando diante deste contexto e, por fim, a quinta seção conclui.

2. A EPT NO BRASIL: DEFINIÇÕES, MARCO LEGAL E DESAFIOS REMANESCENTES

Com vista na importância da EPT e sua capacidade de reduzir desigualdades estruturais, esta seção se dedica a apresentar o cenário da EPT no Brasil, com foco no aparato legal, de estrutura e organização, para então conseguir pensar nos principais desafios inerentes. A regulação mais recente da EPT no país é marcada pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996 que traz, de maneira inédita, um capítulo que trata da organização da EPT. A LDB estabelece a EPT como parte integrante da educação nacional, vinculando-a ao desenvolvimento científico e tecnológico. De acordo com a Lei, o Brasil pode oferecer três tipos de EPT: a Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional (QP); a Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e a Educação Profissional Técnica de Ensino Superior.

Como explica o MEC, os cursos FIC ou QP são, em sua maioria, cursos de livre oferta e que não exigem nível de escolaridade mínima, voltados para o desenvolvimento de habilidades para a vida produtiva e social, como cursos de capacitação, aperfeiçoamento, especialização e atualização. Por sua vez, os cursos de EPT de nível médio e superior possuem pré-requisitos de escolaridade (respectivamente, ensino fundamental e médio completo, e superior completo, no caso de pós-graduação). Esses cursos objetivam levar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercício profissional com base em fundamentos científicos-tecnológicos sócio-históricos e culturais (Brasil, 2025). Tanto os cursos de qualificação quanto os cursos técnicos, possuem ocupações para as quais são formadoras, identificadas a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Após a LDB, no ano 2000, a Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/2000) regulamentou e expandiu a oferta de programas destinados a jovens de 14 a 18 anos, priorizando o papel do Sistema S e incorporando novos atores, como organizações da sociedade civil. Entre outras definições, a lei determina que todas as empresas de grande ou médio porte devem contratar um número de aprendizes que equivalha entre 5% e 15% do seu quadro de funcionários.

A partir de 2008, novas políticas impulsionaram a expansão da EPT. Por exemplo, o Programa Senac de Gratuidade (PSG) foi instituído em neste ano para determinar percentual mínimo das receitas da instituição que deveriam ser destinados à oferta de gratuidade (a partir de 2014, deveria ser 66,67% dos recursos) e, assim, ampliar o acesso a cursos técnicos e de formação inicial para pessoas de baixa renda. Paralelamente, houve também esforço destinado à rede pública de EPT com o fomento dos Institutos Federais. Em 2011, então, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) representou um marco na democratização da EPT, ampliando significativamente o número de matrículas em todo o país.

Nos anos seguintes, reformas estruturais consolidaram a EPT como parte da política educacional brasileira. A Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017, flexibilizou o currículo e incluiu a EPT como uma das trajetórias formativas, embora desafios na implementação tenham levado a revisões recentes. Em 2023, a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica foi formalizada, articulando a EPT ao Plano Nacional de Educação (PNE) e estabelecendo diretrizes para avaliação de cursos.

Mais recentemente, em 2024, novas medidas reforçaram a necessidade de adequação da EPT às demandas do mundo do trabalho. O PNE propôs metas para a expansão da formação técnica nos próximos anos, enquanto a revisão das diretrizes curriculares e mudanças no Ensino Médio buscam aprimorar a integração entre educação básica e qualificação profissional. Esses marcos regulatórios refletem tanto os avanços quanto os desafios persistentes na consolidação de um sistema de EPT acessível e eficaz no Brasil.

3. ALGUNS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EPT NO BRASIL

Apesar do significativo avanço no arcabouço legal que rege a EPT no Brasil, ainda persistem alguns desafios que limitam seu acesso, tanto pela ótica da demanda – ou seja, das pessoas que procuram esta modalidade de ensino –, quanto pela ótica da oferta, representada pelas instituições de ensino. Nesta seção, sintetizamos estes desafios em três grupos: o primeiro refere-se à baixa adesão de jovens à EPT no país, especialmente em comparação com outros países; o segundo aborda as principais transformações no mercado de trabalho; e o terceiro trata das mudanças na estrutura educacional decorrentes da implementação do novo Ensino Médio.

3.1 Baixos índices de participação dos jovens em relação ao cenário internacional

Os dados da Educação Básica, mostram que, em 2024, aproximadamente 2,4 milhões de pessoas estavam matriculadas em algum curso de Educação Profissional, considerando as modalidades e etapas de ensino analisadas.¹ Isso corresponde a 5,1% de todas as matrículas da Educação Básica (INEP, 2025). Os esforços de ampliação da rede federal de ensino são observados já em 2015, em que o número de matrículas nestes cursos da rede pública supera os da rede privada, que se destacavam até então.

A baixa representatividade da educação profissional chama ainda mais atenção considerando um recorte do Ensino Médio. De acordo com o Anuário da Educação Básica,² embora tenha ocorrido um aumento de 45% no número de matrículas entre 2014 e 2023 – passando de 796 mil para 1,5 milhão, refletindo as políticas previamente mencionadas –, em 2023 os estudantes da EPT de nível médio representavam apenas 13,1% do total de matriculados no Ensino Médio no Brasil.

Apesar do avanço em relação a 2014, quando essa proporção era de 8,8%, os dados ainda revelam uma disparidade significativa em comparação com outros países, especialmente os desenvolvidos. De acordo com estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), o desempenho educacional dos jovens brasileiros está muito aquém daqueles observados em outros países. Enquanto nos países Europeus, em média, 19% dos jovens entre 15 e 24 anos completaram algum nível de EPT, nos países americanos esta proporção é de 10% (OECD, 2024). Ainda, considerando somente a participação em programas de aprendizagem, o Brasil ocupa a 82^a posição entre 85 países que possuem jovens (15 a 24 anos) participando de cursos de aprendizagem (1 a cada 1000 jovens)³

-
1. Considera estudantes do Ensino Regular (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.
 2. Plataforma desenvolvida pelo Todos Pela Educação, em parceria com a Editora Moderna e Fundação Santillana que sintetiza os dados do Censo Escolar desenvolvido pelo MEC e INEP. Disponível em: <https://anuario.todospelaelucacao.org.br/capitulo-4b-ept.html>. Acessado em março de 2025.
 3. Apesar da evidente disparidade, estes valores precisam ser interpretados com cautela, uma vez que as definições e modalidades de EPT, bem como a forma de coleta dos dados pode não ser diretamente comparáveis entre os países.

(ILO, 2024). Vê-se, portanto, que apesar que a Lei da Aprendizagem estabelecer um número mínimo de aprendizes nas empresas, o número de jovens efetivamente contatados para estas posições ainda é muito aquém do esperado.

Esses dados evidenciam a necessidade de ações para ampliar a atratividade e, consequentemente, acesso à EPT no Brasil. Embora tenham ocorrido avanços na última década, a participação dos jovens brasileiros na EPT permanece abaixo do esperado. Para enfrentar esse desafio, é fundamental fortalecer a articulação entre educação e mercado de trabalho, sobretudo considerando as rápidas transformações no mundo do trabalho, que demandam maior qualificação e habilidades específicas, como será tratado na seção seguinte.

3.2 As mudanças no mundo do trabalho e nos modelos de produção

O avanço tecnológico marcado pela Revolução Tecnológica 4.0, observado também por meio do maior surgimento de máquinas inteligentes, sistemas robotizados, inteligência artificial e automação de processos, redefine constantemente as demandas por qualificação profissional. A conectividade global e o alto fluxo de informações, combinados com o uso de *big data* e novas mídias, aumentam a velocidade da implementação de inovações, exigindo trabalhadores cada vez mais preparados para atuar em ambientes dinâmicos e tecnologicamente integrados (Spöttl & Windelband, 2021).

De acordo com estimativas recentes da OIT e do Banco Mundial, cerca de 2 milhões de trabalhadores brasileiros estão expostos à automação, enquanto outros 13 milhões podem ter suas capacidades produtivas ampliadas pela inteligência artificial generativa (Gmyrek *et al.*, 2024). Ainda, de acordo com as estimativas do Fórum Econômico Mundial, entre 2025 e 2030, cerca de 39% das habilidades atuais dos trabalhadores serão transformadas ou se tornarão obsoletas, embora esse ritmo de mudança tenha desacelerado em relação aos anos anteriores (WEF, 2025).

Essa preocupação é amplamente percebida pelos próprios trabalhadores. Em pesquisa realizada com egressos ocupados do Senac,⁴ 90% reconhecem que os avanços tecnológicos influenciarão suas atividades profissionais. A percepção dos egressos sobre a automação varia conforme fatores geográficos, educacionais

4. Aplicada junto à coleta PNAES 2022 em dois momentos e apenas os egressos do segundo semestre classificados como ocupados responderam as questões relacionadas à automação.

e socioeconômicos. Nos municípios rurais, observa-se maior intenção de realizar cursos como estratégia de adaptação à automação, enquanto a vulnerabilidade percebida aos impactos tecnológicos é maior entre os egressos de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em comparação aos de cursos técnicos e superiores. Além disso, variáveis como renda e escolaridade influenciam essas percepções, revelando que a exposição e a capacidade de resposta às transformações tecnológicas são desiguais entre diferentes perfis de egressos (SENAC, 2024a).

Por outro lado, prevalece um certo otimismo em relação à adoção dessas tecnologias, uma vez que a maioria dos egressos acredita mais em um cenário de aprimoramento das atividades do que em uma substituição total da força de trabalho (SENAC, 2024a). Esse sentimento também se reflete na intenção em buscar novas formações para se adaptar à automação, sobretudo com o objetivo de continuar desempenhando suas funções atuais, o que sugere que não veem seu posto de trabalho como integralmente substituível. Neste ponto, portanto, reforça-se a relevância da formação profissional como preparadora para esta transição produtiva.

De maneira geral, as mudanças estruturais são inequívocas e inadiáveis, incluindo a progressiva automação do trabalho, a crescente demanda por habilidades cognitivas e socioemocionais e a preferência dos estudantes por maior autonomia e personalização na aprendizagem (Microsoft & McKinsey, 2018). E, para responder a esses desafios, os sistemas educacionais precisam inovar seus métodos de ensino, preparando profissionais para um futuro cada vez mais tecnológico e dinâmico.

3.3 Implantação do novo Ensino Médio

Por fim, um terceiro grupo de desafio, inerente à baixa participação e as mudanças do mundo do trabalho expostas, é a reestruturação do Ensino Médio, consolidada com a sanção da Lei n. 14.945/2024. A nova legislação surge em resposta às demandas sociais por um ensino mais equitativo e eficaz, fortalecendo a Formação Geral Básica (FGB) e assegurando maior protagonismo à oferta de cursos técnicos dentro do itinerário de formação técnica e profissional.

Entre os principais avanços trazidos pela nova lei, destaca-se a ampliação da carga horária e o fomento a matrícula em cursos técnicos no ensino médio, reconhecendo sua importância para a qualificação profissional e a empregabilidade dos estudantes. No entanto, a implementação do novo modelo de ensino

médio apresenta desafios, especialmente no que se refere à oferta equitativa dos itinerários formativos, considerando as disparidades socioeconômicas, regionais e culturais.

A reformulação do ensino médio representa uma oportunidade para fortalecer a EPT no Brasil, mas sua efetividade dependerá da capacidade das redes de ensino em garantir infraestrutura, formação docente e mecanismos de articulação entre escolas e o setor produtivo. Nesse sentido, a próxima seção apresenta o Senac, destacando os esforços desprendidos para superar estes desafios impostos.

4. A ATUAÇÃO DO SENAC NO CONTEXTO DA EPT

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) é uma instituição de educação profissional e tecnológica, criada em 1946 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), por meio do Decreto-Lei 8.621. O Senac é o principal agente de educação profissional voltado para o comércio de bens, serviços e turismo do país. A instituição tem grande representatividade no cenário educacional do país em razão de seu papel transformador e se preocupa com a formação para o trabalho em seus aspectos mais amplos. Nesta seção, vamos apresentar as respostas da instituição para os desafios impostos à EPT no Brasil a partir de três perspectivas: i) a ampliação de acesso e caracterização da oferta educacional; ii) inovação educacional e diversidade da oferta de EPT; iii) gestão orientada a dados para enfrentar as mudanças do mundo do trabalho.

4.1 Ampliação do acesso: diversidade do público atendido e gratuidade

Em 2023, o Senac atendeu 2.056.945 pessoas, das quais aproximadamente 1,5 milhão estavam matriculadas em cursos de EPT. Além de oferecer 1.089 cursos distintos, realizadas mais de 600 mil ações extensivas. Essa oferta educacional abrange todos os estados e o Distrito Federal, distribuídos em 2.090 municípios, com 617 unidades operativas (educacionais e administrativas). O portfólio inclui cursos presenciais e a distância, em diferentes áreas do conhecimento e eixos tecnológicos, abrangendo desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação, permitindo que os estudantes planejem suas carreiras profissionais em uma perspectiva de desenvolvimento contínuo (Senac, 2024b).

O perfil do egresso Senac⁵ também é bastante diverso. Aproximadamente 67,6% das pessoas atendidas são do sexo feminino, 54,9% são pretas (negras e pardas) e 55,6% possuem ensino médio completo. Além disso, 71,1% dessas pessoas estudaram exclusivamente em escolas públicas e possuíam ensino médio (55,6%) ou superior completo (23,2%). A faixa etária do público é majoritariamente jovem ou adulta (em média, 31 anos), sendo que 30,2% possuíam entre 18 e 24 anos (Senac, 2025).

Ainda, garantindo a democratização do acesso, por meio do programa de gratuidade destinado à população em situação de vulnerabilidade, em 2023 foram realizadas 763.442 matrículas em mais de 400 mil ações extensivas. Em outra vertente, foram destinados aproximadamente R\$2,7 milhões para os programas de gratuidade, o que se traduz em mais de 155 milhões de horas de cursos ofertadas.

O Senac desenvolve também diferentes programas voltados para a inserção social, com ações específicas para grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, negras e mulheres. A instituição também disponibiliza unidades móveis (carretas-escola e unidades fluviais) para atender à população residente em municípios mais remotos.

4.2 Inovação educacional: modelo pedagógico, IA, diferencial da oferta

Além da expansão do acesso educacional e, de forma a tornar a oferta mais atraente, nesta seção apresentamos algumas das frentes de ação do Senac para aprimorar sua oferta educacional. Com o Programa Senac de Educação Profissional 4.0, a instituição está promovendo um amplo reposicionamento de seus segmentos estratégicos, modernizando portfólios e percursos formativos para garantir que seus alunos desenvolvam as competências exigidas pela transformação digital e pelas novas dinâmicas sociais e econômicas.

Um exemplo dessa inovação é a reformulação completa do portfólio na área de Tecnologia da Informação, que agora conta com mais de 200 cursos e certificações profissionais, desenvolvidos em parceria com grandes players do setor. Esse movimento não se limita à TI: áreas como gestão e negócios, saúde

5. Dados referentes à edição de 2023, aplicada no primeiro e segundo semestre de 2024. Na primeira coleta foi solicitada a participação dos egressos que concluíram o curso no primeiro semestre de 2023, e na segunda dos egressos que concluíram no segundo semestre do mesmo ano.

e beleza, e turismo também passam por atualizações para oferecer formação alinhada às melhores práticas do mercado.

Além do conteúdo inovador, o Senac apostava em novos ambientes de aprendizagem, projetados para estimular a colaboração, o pensamento crítico e a autonomia digital. As Salas de Aula Inovadoras contam com tecnologia de ponta, mobiliário flexível e metodologias ativas, enquanto os Lab Saúde utilizam manequins de simulação realística para aproximar o aprendizado da realidade profissional.

Outra grande aposta é a integração da Inteligência Artificial nos processos educacionais, com iniciativas como capacitação docente, assistentes para planejamento de aulas e simuladores com IA. Nesse sentido, o Senac elaborou, em 2024, as diretrizes de Inteligência Artificial Senac Brasil, que prevê ações de Literacia em Inteligência Artificial, além da integração aos processos de ensino e aprendizagem. O compromisso do Senac com a inovação também se reflete na diversificação de modelos de ensino e na ampliação da oferta de cursos técnicos no modelo dual, permitindo que os estudantes combinem teoria e prática desde cedo.⁶

O compromisso do Senac com a inovação educacional vai além do desenvolvimento de competências técnicas. Suas Marcas Formativas – como colaboração e comunicação, visão crítica, criatividade e atitude empreendedora, e sustentabilidade – garantem que os alunos estejam preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas também para os desafios de um mundo em constante transformação. Dessa forma, o Senac reafirma seu papel como protagonista na formação profissional do país, oferecendo educação de ponta sem perder de vista as novas dinâmicas sociais, a diversidade e a necessidade de preparar cidadãos para um futuro de trabalho cada vez mais dinâmico e desafiador.

4.3 Geração de evidências para decisões estratégicas

Por fim, a construção de uma oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) alinhada às transformações do mercado de trabalho exige uma gestão baseada em evidências. Nesse contexto, o Senac adota uma abordagem orientada por dados, estruturando mecanismos para compreender dinâmicas

6. Atualmente, 14 Departamentos Regionais do Senac já oferecem essa modalidade, com um crescimento significativo de 800% nos últimos cinco anos.

ocupacionais, antecipar tendências e embasar decisões estratégicas (Pereira *et al.*, 2024). Esse modelo parte do princípio de que o diálogo contínuo com o setor produtivo e o acompanhamento dos impactos da formação profissional são essenciais para garantir a relevância da oferta educacional.

A inteligência de dados no Senac se organiza em diferentes frentes principais. Primeiro, há a promoção da inteligência de dados, garantindo que informações coletadas sejam organizadas e analisadas de maneira sistemática. Além disso, a instituição investe na prospecção de dados sobre trabalho e educação, possibilitando diagnósticos precisos das necessidades do setor.

Para operacionalizar essa gestão orientada por dados, o Senac desenvolve pesquisas estratégicas sobre o futuro do trabalho, investigando temas como o impacto da automação (Lima & Pereira, 2024), a adoção de novas tecnologias e a evolução da demanda por ocupações, por exemplo. Além disso, estudos prospectivos abordam temas como economia da educação, inserção produtiva e relações entre trabalho e emprego, fornecendo subsídios para ajustes curriculares e decisões institucionais. Pesquisas institucionais voltadas para alunos e egressos também desempenham papel central, permitindo a análise do perfil socioeconômico dos estudantes e a avaliação da efetividade das formações ofertadas.

Com o objetivo de consolidar esse arcabouço analítico e democratizar o acesso às evidências geradas, o Senac desenvolveu o Portal Prospecção Senac. Esse repositório reúne os estudos e indicadores produzidos, tornando-se uma fonte de consulta para as diferentes unidades da instituição. Além de fortalecer a transparência institucional, a plataforma visa padronizar a disseminação das análises e garantir que a tomada de decisão esteja alinhada a um referencial empírico sólido. Dessa forma, a gestão orientada por dados emerge como um pilar fundamental na resposta da instituição aos desafios impostos pela evolução das demandas formativas e ocupacionais no Brasil.

CONCLUSÕES

A análise apresentada evidencia que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil atravessa um momento de transformações profundas, impulsionadas tanto por mudanças regulatórias quanto pelas dinâmicas do mercado de trabalho. Apesar dos avanços alcançados, desafios como os baixos índices de participação dos jovens e as dificuldades na implementação das reformas – desde a ampliação do Ensino Médio até a atualização dos modelos de formação – persistem, revelando a urgência de políticas integradas e inovadoras

que promovam a inclusão e a adequação dos currículos às demandas do século XXI.

Nesse cenário, a atuação do Senac destaca-se como uma resposta estratégica, não apenas ampliando o acesso à educação por meio de programas de gratuidade e diversificação do público atendido, mas também inovando na oferta educacional e na gestão orientada por dados. Ao alinhar seu portfólio às necessidades do mercado e promover a integração de tecnologias como a inteligência artificial, o Senac reafirma seu papel de protagonismo na transformação da EPT, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados e para o desenvolvimento econômico e social do país.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. J. N.; CHEIN, F.; PINTO, C. C. de X. (2018). Ensino profissionalizante, desempenho escolar e inserção produtiva: uma análise com dados do ENEM. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 48(1).
- BARROS, R. P. de; CORRADI, L. L.; FRANCO, S.; MACHADO, L. M.; ROSALÉM, A. (2023). *Impacto da educação técnica sobre a empregabilidade e a remuneração* (1st ed., v. 1). Autografia.
- BRASIL. (2025). *Cursos da EPT*. [Http://Portal.Mec.Gov.Br/Cursos-Da-Ept](http://Portal.Mec.Gov.Br/Cursos-Da-Ept). <http://Portal.Mec.Gov.Br/Cursos-Da-Ept>.
- BRUNELLO, G.; ROCCO, L. (2017). *The effects of vocational education on adult skills, employment and wages: What can we learn from PIAAC?* SERIEs, 8(4), 315–343. <https://doi.org/10.1007/s13209-017-0163-z>.
- GMYREK, P.; WINKLER, H.; GARGANTA, S. (2024). *Buffer or bottleneck?* ILO : World Bank. <https://doi.org/10.54394/TFZY7681>.
- ILO. (2024). Insights into youth participation in work-based learning. <https://ilostat.ilo.org/blog/insights-into-youth-participation-in-work-based-learning/>.
- INEP. (2025). Censo Escolar. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>.
- LIMA, Y. O.; PEREIRA, I. (2024). Estimando o impacto da automação sobre a Educação Profissionalizante: o caso dos cursos técnicos. *Scielo Pre-Print*, 1(1). <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7853>.
- MICROSOFT; MCKINSEY. (2018). *The Class of 2030 and Life-Ready Learning: The Technology Imperative*.

- OECD. (2024). Education at a Glance 2024 OECD Indicators. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/09/education-at-a-glance-2024_5ea68448/c00cad36-en.pdf.
- PEREIRA, I. F.; BRAGA, C. A. S.; CARUSO, G. B.; DIAS, S. S.; LIMA, Y. (2024). Gestão orientada por dados na educação profissional: a experiência de uma área de inteligência do Senac Nacional. *Boletim Técnico do Senac*, 50. <https://doi.org/10.26849/bts.v50.1022>.
- SENAC. (2024a). Impactos da automatização nas atividades de trabalho: percepções dos egressos do Senac.
- SENAC. (2024b). Relatório Geral Senac 2023: impulsionando o comércio, construindo o futuro.
- SENAC. (2025). Pesquisa Nacional de Avaliação dos Egressos do Senac – PNAES.
- SPÖTTL, G.; WINDELBAND, L. (2021). The 4th industrial revolution—its impact on vocational skills. *Journal of Education and Work*, 34(1), 29–52. <https://doi.org/10.1080/13639080.2020.1858230>.
- WEF. (2025). The Future of Jobs Report 2025. www.weforum.org.

